

O Renascimento da Energia Nuclear ?

J.Delgado Domingos
Prof.Cat.IST

O debate sobre o recurso à energia nuclear foi relançado a nível mundial aproveitando o momento favorável da subida dos preços do petróleo e do alarmismo criado em torno das emissões de CO₂. Todavia, o indissociável risco de proliferação de armas nucleares utilizando plutónio dos resíduos é escamoteado, monopolizando as atenções para o enriquecimento do urânio no Irão.

Em Portugal, o debate foi lançado e tem sido liderado por accionistas e associados da ENUPOR (Energia Nuclear Portugal), cujos métodos de actuação já foram exemplificados com o *show off* e ... o *flop* da proposta Refinaria Vasco da Gama . Todavia, é um debate oportuno se a pretexto da energia nuclear se conseguirem mobilizar os portugueses para a urgência de encarar o problema energético português no contexto do modelo de desenvolvimento. Efectivamente, o sistema energético é simultaneamente uma causa e uma consequência do modelo de desenvolvimento que seguimos, e esta seria uma boa oportunidade para evidenciar essa interdependência e tornar claras as suas implicações para o futuro do país.

Para este debate, o recente livro do Eng.Mira Amaral “*Energia e Mercado Ibérico*”, *Booknomics*, Junho 2006, é importante. Primeiro porque revela a inspiração e motivações da sua actuação como ministro, da qual resultou uma abertura à concorrência e uma modernização do sistema energético. Segundo, porque o seu nível não se encontra na maioria dos actores que têm aflorado o tema. Terceiro, porque permite identificar com clareza a fragilidade e falta de fundamento de algumas das propostas que por aí circulam, nomeadamente quanto à construção de centrais nucleares em Portugal.

Por limitações de espaço não é possível apresentar aqui a recensão que o livro merece (ver “*A Propósito de Energia e Mercado Ibérico*” em <http://jddomingos.ist.utl.pt>) e por isso afloiro apenas duas afirmações do Eng. Mira Amaral. A primeira quanto aos custos comparativos da electricidade em Portugal e Espanha. A segunda quanto ao perigo que representam para Portugal as centrais nucleares espanholas.

Na p.70 e a propósito dos CTC’s (Custos de transição para a concorrência) o Eng, Mira Amaral explica os artificios legais e regulamentares que tornam o preço actual da electricidade em Espanha inferior ao nosso, quando **o custo médio da produção portuguesa é ligeiramente inferior ao espanhol.** Face a esta conclusão, também suportada pelas análises da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), é oportuno recordar que a Espanha não consegue custos médios de produção inferiores aos nossos apesar de ter há muito 7 centrais nucleares e de a electricidade dessa origem representar cerca de 20 % da produção. Acrescente-se que Espanha está muito mais afastada do cumprimento de Quioto do que Portugal e que, de acordo com o “Sexto Plan General de Residuos Radiactivos” aprovado pelo governo espanhol em 23.06.2006, foram gastos 3289 milhões de euros com a gestão desses resíduos entre 1985 e 2005, e que até 2070 a verba prevista é de 13.000 milhões, embora a solução seja transitória. Depois de 2070, isto é, cerca de 40 anos depois do encerramento da última central nuclear, a única certeza é a de que a solução seguinte, a definitiva, será extremamente cara.

Sob o título de “As centrais Nucleares e o MIBEL “ o Eng. Mira Amaral afirma, p.84

“(…) gostem ou não, **já sofremos os impactos ambientais e os riscos das centrais nucleares espanholas.** Para estes efeitos, **estarem em Espanha ou em Portugal é indiferente**, basta ver a Central Nuclear de Almaraz junto ao rio Tejo...”

Como se infere, para o Eng. Mira Amaral, ter uma central ou uma dúzia é indiferente, tal como seria indiferente por mais algumas deste lado da fronteira ! Conhecimentos elementares de Estatística permitiriam afirmar que o risco de ter duas é muito superior ao de ter uma só, mas o ex-ministro lá sabe. Por outro lado, só com grande desconhecimento dos fenómenos físicos em jogo e alguma insensibilidade social se pode afirmar que “ para estes efeitos, **estarem em Espanha ou em Portugal é indiferente**”.

O capítulo V.1, intitulado “*A Expansão do Sistema Electroprodutor Português: Eólicas ou Nucleares*” seria importante se os erros técnicos cometidos, sobretudo na avaliação da energia eólica, não afectassem demasiadamente a qualidade das conclusões. É pena, porque algumas das suas observações são pertinentes e oportunas.

I.S.T. 19 de Julho 2006

Nota:

Publicado no EXPRESSO, Edição 1761, de 20.07.2006

O renascimento da energia nuclear

J. Delgado Domingos

Só com alguma insensibilidade social se pode afirmar que as centrais estejam em Espanha ou em Portugal é indiferente



O DEBATE sobre o recurso à energia nuclear foi relançado a nível mundial, aproveitando o momento favorável da subida dos preços do petróleo e do alarmismo criado em torno das emissões de CO₂. Todavia, o indissociável risco de proliferação de armas nucleares utilizando plutónio a partir dos resíduos é escamoteado, monopolizando as atenções para o enriquecimento do urânio no Irão.

Em Portugal, o debate foi lançado e tem sido liderado por accionistas e associados da Enupor (Energia Nuclear Portugal), cujos métodos de actuação já foram exemplificados com o «show off» e... o «flop» da proposta de Refinaria Vasco da Gama.

Todavia, é um debate oportuno se, a pretexto da energia nuclear, se conseguir mobilizar os portugueses para a urgência de encarar o problema energético português no contexto do modelo de desenvolvimento. Efectivamente, o sistema energético é simultaneamente uma causa e uma consequência do modelo de desenvolvimento que seguimos, e esta seria uma boa oportunidade para evidenciar essa interdependência e tornar claras as suas implicações para o futuro do país.

Para este debate, o recente livro do eng. Mira Amaral **Energia e Mercado Ibérico** (Booknomics, Junho 2006) é importante. Primeiro porque revela a inspiração e motivações da sua actuação como ministro, da qual resultou uma abertura à concorrência e uma modernização do sistema energético. Segundo, porque o seu nível não se encontra na maioria dos actores que têm aflorado o tema. Terceiro, porque permite identificar com clareza a fragilidade e falta de fundamento de algumas das propostas que por aí circulam, nomeadamente quanto à construção de centrais nucleares em Portugal.



JOÃO CARLOS SANTOS

Por limitações de espaço não é possível apresentar aqui a recensão que o livro merece (mas que divulgarei em <http://jddomingos.ist.utl.pt>) e por isso aflo ro apenas duas afirmações do eng. Mira Amaral (MA).

A primeira quanto aos custos comparativos da electricidade em Portugal e Espanha. A segunda quanto ao perigo que representam para Portugal as centrais nucleares espanholas.

Na p.70 e a propósito dos CTC (custos de transição para a concorrência), MA explica os artifícios legais e regulamentares que tornam o preço actual da electricidade em Espanha inferior ao nosso, quando o custo médio da produção portuguesa é ligeiramente inferior ao espanhol. Face a esta conclusão, também suportada pelas análises da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), é oportuno recordar que Espanha não consegue custos médios de produção inferiores aos nossos apesar de ter há muito 7 centrais nucleares e de a electricidade dessa origem representar cerca de 20% da produção. Acrescente-se que Espanha está muito mais afastada do cumprimento de Quioto do que Portugal e que, de acordo com o «Sexto Plan General de Residuos Radiactivos» aprovado pelo Governo espanhol em 23-6-2006, foram gastos 3289 milhões de euros com a gestão desses resíduos entre 1985 e 2005, e que até

2070 a verba prevista é de 13.000 milhões, embora a solução seja transitória. Depois de 2070, isto é, cerca de 40 anos depois do encerramento da última central nuclear, a única certeza é a de que a solução seguinte, a definitiva, será extremamente cara.

Sob o título de «As centrais Nucleares e o MIBEL», MA afirma, p.84: «(...) **gostem ou não, já sofreremos os impactos ambientais e os riscos das centrais nucleares espanholas. Para estes efeitos, estarem em Espanha ou em Portugal é indiferente, basta ver a Central Nuclear de Almaraz junto ao rio Tejo...**».

Como se infere, para MA, ter uma central ou uma dúzia é indiferente, tal como seria indiferente colocar mais algumas deste lado da fronteira! Conhecimentos elementares de Estatística permitiriam afirmar que o risco de ter duas é muito superior ao de ter uma só, mas o ex-ministro lá sabe. Por outro lado, só com grande desconhecimento dos fenómenos físicos em jogo e alguma insensibilidade social se pode afirmar que **«para estes efeitos, estarem em Espanha ou em Portugal é indiferente»**.

O capítulo V.1, intitulado «A Expansão do Sistema Electroprodutor Português: Eólicas ou Nucleares», seria importante se os erros técnicos cometidos, sobretudo na avaliação da energia eólica, não afectassem demasiadamente a qualidade das conclusões. É pena, porque algumas das suas observações são pertinentes e oportunas.

jjdd@ist.utl.pt

Professor Catedrático do IST